

*Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado
(organizadores)*

O tempo da Nova República

Da transição democrática à crise política de 2016

Quinta República (1985-2016)

Coleção O Brasil Republicano

Volume 5

1ª edição



Rio de Janeiro
2018

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado</i>	
1. O Brasil e o tempo presente	13
<i>Prof. Dra. Angélica Müller (UFF) e Prof. Dra. Francine Iegelski (UFF)</i>	
2. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática	27
<i>Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF/UFJF)</i>	
3. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro	73
<i>Prof. Dr. Luiz Carlos Delorme Prado (IE-UFRJ) e Prof. Dra. Maria Antonieta P. Leopoldi (UFF)</i>	
4. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos	119
<i>Prof. Dr. Américo Freire (CPDOC-FGV) e Prof. Dra. Alessandra Carvalho (CAP/UFRJ)</i>	
5. O governo e o <i>impeachment</i> de Fernando Collor de Mello	163
<i>Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr. (USP)</i>	
6. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000	193
<i>Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ)</i>	

7. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002)	219
<i>Profa. Dra. Marly Motta (CPDOC-FGV)</i>	
8. “A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente”: uma história do MST	255
<i>Profa. Dra. Adelaide Gonçalves (UFC)</i>	
9. Arte e cultura no tempo presente (1985-2016)	299
<i>Profa. Dra. Maria Fernanda Garbero (UFRRJ), Prof. Dr. Luiz Sérgio de Oliveira (UFF) e Prof. Dr. Rafael de Luna Freire (UFF)</i>	
10. Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990	353
<i>Dr. Mario Luis Grangeia (MPF)</i>	
11. Realismo, ambição e frustração: o Brasil e sua política internacional (1985-2015)	389
<i>Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins (UnB)</i>	
12. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda	415
<i>Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)</i>	
13. Cidadania no tempo presente	447
<i>Profa. Dra. Cláudia Viscardi (UFJF) e Prof. Dr. Fernando Perlatto (UFJF)</i>	
<i>Bibliografia geral</i>	479
<i>Filmografia</i>	487
<i>Os autores</i>	493
<i>Plano geral da coleção</i>	497

Apresentação

Em novembro de 2003, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, ocorreu o lançamento da coleção *O Brasil Republicano*, em quatro volumes. Na *Apresentação* da primeira edição, fizemos algumas considerações que, passados tantos anos, reescrevemos:

Análises e interpretações relativas à História do Brasil Republicano têm, na maior parte das vezes, destacado uma questão recorrente: a de que a construção e consolidação da cidadania e da democracia são, simultaneamente, dilema e desafio que perpassam o cotidiano nacional brasileiro.

Dilema, pois a herança do passado colonial/patrimonial tem persistido, sob diferentes formas e graus, ao longo da trajetória republicana, reproduzindo manifestações de práticas autoritárias, tanto na esfera privada quanto na pública.

Desafio, pois a construção da democracia no Brasil tem encontrado inúmeros focos de resistência que se manifestam em diferentes formas de comportamento político autoritário, destacando-se os períodos ditatoriais, tanto o do Estado Novo quanto o do regime militar. Persistem também formas antigas, mas ainda usuais, de mandonismo local e de patrimonialismo. Essas práticas, em especial a do patrimonialismo, teimam em se reproduzir em escalas ampliadas, contaminando a esfera pública nos planos municipal, estadual e federal. Expressam-se em diferentes maneiras de apropriação do público pelo privado e, embora pudessem ser consideradas ultrapassadas, demonstram, no alvorecer desse novo milênio, uma vitalidade incontestável que contamina as instituições republicanas brasileiras.

Na verdade, a democracia e a plena realização da cidadania no Brasil apresentam-se como um dilema histórico ainda a ser decifrado e um desafio a ser enfrentado.

Analisar e entender, em diferentes ângulos, esse processo é tarefa que requer o estudo de diversas temáticas que, inter-relacionadas, possibilitem melhor compreensão das esferas micro e macro da História. Mas tal tarefa, por sua envergadura, não pode deixar de contar com a contribuição de um elenco plural de historiadores e de profissionais de outras áreas das Ciências Humanas. Esse é um dos maiores e melhores motivos para atualização, reedição e ampliação da coleção O Brasil Republicano.

Durante a preparação dos originais da primeira edição, fomos ambiciosos. Afirmávamos que nosso objetivo era atingir todos os brasileiros curiosos pela própria história. Passados tantos anos, não sabemos se alcançamos essa meta. Também dissemos que queríamos que os livros colaborassem com um público muitas vezes esquecido: alunos e professores de nível médio. Acreditamos que nosso objetivo foi alcançado em parte, sobretudo no caso dos professores de nível médio. Igualmente nos referimos a alunos de graduação em Ciências Humanas, em particular na área de História, grande parte deles com dificuldades para adquirir livros que resultam de pesquisas originais. Nesse aspecto, nossas expectativas tiveram grande sucesso. Os quatro volumes da coleção foram adotados por professores universitários de História, e diversos capítulos da coleção serviram como recurso didático, sendo discutidos em salas de aula. O Brasil Republicano, dessa maneira, tornou-se material didático de nível superior adotado nos cursos de graduação em História.

No entanto, a pesquisa historiográfica sobre o período republicano tem avançado muito nos últimos tempos. O país tem mais de 50 cursos de pós-graduação e cerca de 250 de graduação em História. Nesse sentido, pensamos em atualizar a coleção, convidando os autores a revisarem seus capítulos, pois entendemos que na produção do conhecimento histórico e historiográfico é fundamental considerar dois tempos específicos: o referente ao desenrolar dos acontecimentos e processos e o relativo à produção de interpretações e narrativas sobre a construção do movimento da História. Desde os idos de 2003, quando a coleção veio a público, a História sobre a República brasileira ganhou novas e relevantes contribuições que não podem e não devem ser desconsideradas. O acesso a novas fontes impressas,

iconográficas e audiovisuais – vide como exemplo os relatórios da Comissão da Verdade – tem contribuído para rico processo de escrita e reescrita da História, que conta também com o suporte de novas abordagens teóricas e conceituais.

Para que a atualização da coleção ficasse mais abrangente, considerando, inclusive, a crescente aceitação de pesquisas e estudos sobre o tempo presente, decidimos publicar o quinto volume que trata da Nova República (1985-2016). Tarefa audaciosa e, sobretudo, trabalhosa, mas que contou com o apoio da editora Civilização Brasileira.

A nova edição da coleção, portanto, sofreu mudanças. Uma delas foi a revisão e atualização dos capítulos. A maioria dos autores interferiu no seu próprio texto, revisando e/ou inserindo nele a produção historiográfica mais recente. Outra alteração resultou de nossa avaliação de que temas relevantes estavam ausentes da coleção. Assim, em todos os volumes foram incluídos capítulos sobre política externa brasileira. Foram também acrescentados capítulos sobre o segundo governo Vargas, o governo Jânio Quadros, a anistia política de 1979, entre outros temas. A bibliografia foi atualizada, privilegiando livros. A filmografia também foi atualizada, constituída por filmes exclusivamente de conteúdo histórico ou que se tornaram clássicos na história do cinema do país.

Mantivemos a mesma orientação anterior: convidar os autores considerando-se os critérios de pluralidade, especialidade e reconhecimento acadêmico. Reiteramos, assim, que aqui estão reunidos historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas e profissionais da área de comunicação social e literatura de diversas universidades e instituições de pesquisa brasileiras, distribuídas por diferentes estados da federação. Sob o prisma da história política, social, cultural e econômica, os autores sugerem hipóteses interpretativas que visam a contribuir com o esforço reflexivo sobre as peculiaridades da história do Brasil República

A obra é constituída por cinco volumes. Dois deles tiveram seus títulos alterados, obedecendo às mudanças dos próprios livros. O primeiro volume, *O tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930*, aborda o processo político, a exclusão social e

econômica, bem como os movimentos sociais e culturais na Primeira República. O segundo volume, *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, enfatiza a construção da cidadania social no país, além de análises relativas à dinâmica política e econômica em um Estado ao mesmo tempo modernizador e autoritário. O terceiro volume, *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, volta-se para a vida política da época, privilegiando atores sociais que, de maneira crescente, se engajaram em lutas por reformas econômicas e sociais, como também os grupos políticos e sociais contrariados com os avanços dos movimentos reivindicatórios.

O quarto volume, *O tempo do regime autoritário – ditadura militar e redemocratização*, dedica-se ao processo de exclusão política, econômica e social sob a égide da ditadura inaugurada em 1964, mas também à luta pela redemocratização do país.

Por fim, no novo e quinto volume da coleção, *O tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016*, historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas, comunicólogos e literatos discutem os processos políticos, econômicos, sociais e culturais do período iniciado em 1985 até o esgotamento da Nova República com o golpe de Estado de 2016.

Dessa forma, almejamos estar contribuindo para maior divulgação do conhecimento histórico sobre a República no Brasil.

Finalmente, agradecemos a todos os colaboradores da obra, tanto os da primeira edição quanto os da atual, o empenho e dedicação com que redigiram e/ou revisaram e atualizaram seus textos. É preciso, igualmente, agradecer aos diretores da Civilização Brasileira, em particular à editora executiva Andréia Amaral, cujos apoio e incentivo nunca nos faltaram no difícil projeto de atualização dos quatro volumes da coleção e na produção do quinto. Agradecemos ao conjunto de funcionários da Civilização Brasileira o carinho e dedicação no trato com os autores e suas obras. Nossos agradecimentos mais uma vez são dedicados aos alunos de graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelo trabalho com as

APRESENTAÇÃO

fichas técnicas dos filmes. Por fim, um agradecimento especial aos jovens alunos de graduação em História do país. A eles, finalidade maior de nossa profissão, dedicamos a obra.

Jorge Ferreira* e
Lucilia de Almeida Neves Delgado**

* Professor Titular do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense e Professor Visitante do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

** Professora Titular aposentada de História da PUC Minas, professora aposentada de História e Ciência Política da UFMG e professora do programa de pós-graduação em Direitos Humanos da UnB.

1. O Brasil e o tempo presente

*Angélica Müller**

*Francine Iegelski***

Acostumamo-nos a ver cientistas políticos, sociólogos e jornalistas analisarem a conjuntura contemporânea e escreverem sobre questões relativas ao passado recente. Embora a explicação sobre os fatos que impactam nossa vida no presente, principalmente em momentos de crise social e de rupturas políticas, possa receber importantes contribuições dos historiadores, são poucos os que escrevem a história do presente. É importante notar, contudo, que existe, ao menos desde meados dos anos 1950, um campo historiográfico que se dedica à história do tempo presente e que se fortaleceu, notadamente, na França, Alemanha, Inglaterra e no Brasil nos finais dos anos 1970. Vale também dizer que, sobretudo se considerarmos a produção brasileira, são raros os trabalhos que tratam de eventos deste campo que ultrapassem a barreira temporal dos anos 1990.

Esta historiografia enfrentou o desafio de escrever uma história que se sabe inacabada e incerta, aberta a ajustes, revisões e, evidentemente, mais sujeita a críticas. Mais do que qualquer outra temporalidade, a história do tempo presente não pode desconhecer a evidência de que a história é escrita a partir de um ponto de vista, e, por isso mesmo, é eminentemente política, uma vez que descreve e estabelece relações entre acontecimentos, estipula periodizações, e, assim, atribui ao que é narrado significados e valorações.

* Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense.

** Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense.

Neste capítulo introdutório do quinto volume da já clássica coleção O Brasil Republicano, nossa principal intenção é deixar evidente para o leitor a amplitude e a fecundidade da história do tempo presente, em especial se a entendermos como um campo que abre novas perspectivas para a historiografia brasileira. Para tanto, percorrer os principais pontos da história desta historiografia entrecruzada e referenciada na produção francesa, marca importante em nossos estudos, poderá contribuir para melhor apresentar as possibilidades de reflexão – e, por que não dizer, de ação – deste campo. Esperamos, assim, contribuir para o debate e a produção de uma história que se faz e que ainda está por se fazer.

A história do tempo presente chega ao Brasil via a história oral. Desde meados dos anos 1970, um vigoroso trabalho nesse campo é realizado com destaque para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV), fundado em 1973, referência nacional e internacional. Esse é o momento, também, de consolidação e expansão dos programas de pós-graduação no Brasil e marca, a partir da redemocratização e do fim da ditadura militar (Falcon, 2013), o fortalecimento da produção historiográfica de uma história mais recente: dos estudos sobre a Primeira República (1889-1930) que remontavam aos anos 1970, quando finalmente os historiadores avançaram para além do ano de 1930.

Na França, as discussões que redundaram na criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), em 1978,¹ apresentaram fortemente a questão de um corte cronológico centrado na Segunda Guerra Mundial para a disciplina. Assim, a história do tempo presente na França e no Brasil floresceu a partir dos anos 1970 e com uma baliza temporal muito semelhante – os anos 1930 e 1940; e seus historiadores compartilharam, ainda, o interesse pela utilização de um mesmo tipo de fonte privilegiada: a história oral.

Esse interesse pelo presente colocou, já no início dos anos 1970, novos desafios epistemológicos para os historiadores, como a problematização das relações entre memória e história, do uso das testemunhas e do pouco distanciamento temporal do historiador em relação aos acontecimentos estudados, além da dificuldade de se manter imparcial, suspender suas paixões políticas e escrever sobre fatos trágicos recentes com grande impacto no presente.

A história do tempo presente entrou no vocabulário de diferentes tradições historiográficas – citamos aqui as mais conhecidas: a *Zeitgeschichte* alemã, a *contemporary history* anglófona e a *histoire du temps présent* francesa – e teve como chão comum o impacto da Segunda Guerra e uma necessidade, sentida pelos historiadores, em analisar o turbulento século XX (Kaelble, 1993). Desde a Revolução Francesa, as guerras passam a ser a expressão dos momentos mais contundentes da experiência moderna e, de acordo com Reinhart Koselleck, as rupturas estão no cerne do tempo histórico moderno (2006, p. 319).

Henry Rousso observou que justamente os momentos históricos agudos, de saídas de guerras e revoluções, fazem aumentar a atenção dos historiadores e do público em geral pela história contemporânea. Assim, este interesse pelo passado próximo está ligado a “um momento de violência paroxística e ainda mais aos seus efeitos” (Rousso, 2016, p. 24) e pode ser entendido como resultado das fortes tensões sociais que se seguem aos acontecimentos traumáticos e à “necessidade da lembrança e o atrativo do [seu] esquecimento”. Geoffrey Barraclough, por sua vez, escreveu que “a história contemporânea começa quando os problemas que pertencem à atualidade no mundo de hoje tomam pela primeira vez uma forma visível” (1964, p. 20).

Nesse sentido, Rousso compreende que o projeto da história do tempo presente, ao menos aquele que passou a vigorar na França, no interior do IHTP, a partir dos anos 1970, entende as catástrofes do século XX, especialmente o segundo conflito mundial,² como inauguradoras de uma nova contemporaneidade. Mas a história do tempo presente não restaria presa à memória traumática daqueles acontecimentos. Sua tarefa primordial seria a de compreendê-los e conseguir, assim, colocá-los a distância. Para François Bédarida, fundador do IHTP, o recuo do historiador em relação aos acontecimentos tem mais a ver com a relação dialógica, concretizada pela operação histográfica, entre presente e passado – pelo fato de a análise sobre o passado colocar em perspectiva o presente e o futuro (Bédarida, 1998, pp. 5-6) – e menos com o distanciamento temporal.

Nesse sentido, entende-se a razão pela qual a definição elaborada pelo historiador alemão Hermann Heimpel, em 1951 – e os trabalhos de seu colega medievalista Hans Rothfels (1953) –, é a mais citada e parece ser

a que teve maior impacto para diferentes gerações de historiadores, de diferentes matizes teóricos e tradições, pois coloca sob o signo da ruptura a duração de cada história do tempo presente. Segundo escreveu Heimpel, “cada presente de uma dada época começa com a última catástrofe em data [...] o presente não começa em todo o lugar em 1945, mas é como catástrofe que se inicia o presente da estrutura histórica daqueles que são vítimas” (citado em Rouso, 2016, p. 25). Para além da figura controversa que foi Heimpel³ e do contexto do pós-nazismo na Alemanha, a compreensão de que o presente começa com “a última catástrofe em data” concentra dois aspectos importantes do tipo de história escrita pelos historiadores do tempo presente, além de convalidar as balizas temporais, na França, do próprio IHTP: é uma história pensada cronologicamente a partir de uma forte ruptura; esta ruptura, considerada traumática por uma ampla camada da sociedade em questão, é fundamental para se entender o tempo presente, pois este se estrutura justamente na duração de um passado que não passa.

Mas essas balizas são válidas para produções que extrapolam o solo europeu? São válidas para entender o caso brasileiro? Em um artigo de 2013, Emmanuel Droit e Franz Reichherzer conclamam os historiadores a saírem de uma história pensada a partir da “tirania do nacional”, de “violências de guerras” e da “última catástrofe em data”.⁴ Para Droit e Reichherzer, as “violências de guerras” e o marco da “última catástrofe em data” fizeram com que as periodizações da história do tempo presente se tornassem uma espécie de “armadilha”, estabelecida de modo quase mecânico: “falar de armadilha significa evocar uma história fechada sobre ela mesma, dobrada sobre o tempo presente, não se interessando por uma articulação com períodos históricos mais recuados” (Droit; Reichherzer, 2013, p. 138). De nosso ponto de vista, se, de um lado, uma história marcada pelas violências de guerra e pelo signo da última catástrofe em data pode estar sujeita à crítica de uma “armadilha” temporal, de outro, pensar o tempo presente a partir de uma ruptura histórica, muitas vezes traumática, e suas repercussões na reconfiguração das estruturas institucionais e sociais e nas experiências temporais das sociedades do século XX apresenta a possibilidade de estabelecer correspondências entre o presente, o passado recente e o passado mais distante.

Assim, consideramos que períodos de ruptura do passado recente, assim como os de transição, parecem ser privilegiados para se pensar a história

do tempo presente, inclusive se forem colocados em contraponto com uma duração maior. À diferença do que avaliam Droit e Reichherzer, ao menos para o caso brasileiro, a história do tempo presente voltada para a história nacional abriu um campo de trabalho bastante profícuo. A história do Brasil República foi escrita por historiadores brasileiros que inovaram, tanto do ponto de vista de suas fontes, quanto no de uma interpretação de momentos significativos de nossa história, especialmente para os casos de análises sobre o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985).

No Brasil, os historiadores do final dos anos 1970 e dos anos 1980, impactados pela experiência traumática da ditadura militar, voltaram sua atenção para o Estado Novo. Ângela de Castro Gomes descreve justamente os problemas enfrentados pelos historiadores que se dispuseram a pesquisar este período (Gomes, 2010). A dificuldade residia no acompanhamento das oscilações e ambiguidades da política posta em prática por Vargas. Assim, estudar o Estado Novo nos anos 1980 era uma maneira de entender, por um contraponto histórico, nosso passado autoritário; não aquele ainda muito presente para se tornar fonte de análise histórica, o correspondente ao golpe de 1964 que implantou a ditadura militar, mas outro, também significativo de nossa história autoritária: o Estado Novo. É por este viés que Gomes entende a história do tempo presente sobre o Estado Novo escrita no Brasil a partir dos anos 1970 como uma historiografia que buscava entender “as bases do autoritarismo brasileiro” (Gomes, 2010, p. 49).

Os anos 1990 marcam a consolidação, no Brasil, do trabalho com depoimentos orais. Em 1993, foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Em seu segundo congresso, o pesquisador convidado do IHTP, Michel Trebitsch, ofereceu uma reflexão sobre o lugar da história oral na historiografia contemporânea, apresentando-a desde o *boom* de seus trabalhos nos anos 1960, cuja pretensão era se constituir como uma alternativa à historiografia estabelecida, isto é, como uma “outra história”, até a sua consagração nos anos 1980. Esse esforço era coerente com os movimentos contestatórios que surgiram naquela época. Por fim, Trebitsch indagou se, depois de se tornar amplamente reconhecida e utilizada, a história oral não estaria “domesticada”, uma vez que estava sendo banalizada pela divulgação da mídia e sua internacionalização. Ele também apontou o fato de a história oral se aproximar da história cultural e das questões

memoriais. Já no encontro regional sudeste da entidade, de 1995, a conferência proferida por Marieta de Moraes Ferreira, intitulada “História oral e tempo presente”, retomava a questão da desconfiança que aquele modelo de história de períodos recentes trazia aos historiadores e que a história do tempo presente teria como característica básica a presença de testemunhos vivos (Ferreira, 1996, p. 15).

É nesta conjuntura que é lançado, em 1996, o livro *Usos e abusos da história oral* (cuja 8ª edição data de 2006). Uma de suas partes é dedicada a “Pensar o tempo presente” e conta com um texto de François Bedárida, “Tempo presente e presença da história”, em que ele traça um breve itinerário do IHTP e apresenta uma reflexão sobre os principais pontos da discussão travada naquele momento: história e verdade; história e totalidade; história e ética e a pregnância da história e a presença do historiador. É ainda no final dos anos 1990 que Marieta de Moraes Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado começam a coordenar o Simpósio de História do Tempo Presente, nas reuniões bienais da Associação Nacional de História (ANPUH), até 2011. Em 1994, foi criado o primeiro Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO), pertencente ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É interessante notar que um dos primeiros livros sobre o tema publicados no Brasil tenha sido o de um doutor em comunicação e professor de um curso de pedagogia. No livro *História do tempo presente* (2007), de Gilson Pôrto Jr., voltado, sobretudo, para a história da educação, um dos primeiros capítulos é o do historiador Pieter Lagrou, professor da Universidade Livre de Bruxelas, na época pesquisador do IHTP. Lagrou aponta que, no momento da criação do IHTP por Bedárida, o marco da Segunda Guerra como evento fundador que consolidou o instituto foi apresentado como um axioma. O profícuo debate realizado nos anos 2000 mostra rupturas com a noção até então apresentada, dentre elas o abandono da definição da história do tempo presente como sendo aquela para a qual há sobreviventes, fruto das constantes críticas da historiografia francesa sobre o *boom* memorialista e o uso de testemunhos como uma maneira de substituir a análise histórica. Esta crítica sublinhava que o uso de testemunhas na escrita de uma história-memória produzia, mais do que uma história pensada, uma história sentida (Fabre, 2001, p. 32). Em contraposição a esta concepção,

o debate historiográfico, sobretudo a partir dos anos 2000, começa a colocar em evidência que os historiadores não estão apenas envolvidos com os sobreviventes ou com as testemunhas, mas são parte deles (Lagrou, 2007, p. 35). Nesta nova perspectiva, Lagrou delimita a distinção entre tempo presente e século XX. Para o historiador belga, naquele momento, o século XX já se impunha como uma unidade temporal inteligível a partir da coerência casual dos seus eventos, conflitos e ideologias. Nesse sentido, já reinava o consenso de que a queda do Muro de Berlim, a dissolução da URSS e a reunificação alemã foram eventos que impactaram o fim do século XX, trazendo consequências lógicas para a definição do tempo presente. A noção de tempo presente passa a ser entendida como evolutiva, o período estudado não está mais fechado sobre si mesmo e, nesse sentido, o que era entendido como tempo presente começa a ser considerado passado.

Nos anos 2000, foram abertos, em diferentes departamentos de história, vários laboratórios sobre a temática, com destaque para o primeiro programa de pós-graduação com uma área de concentração em história do tempo presente, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Desde 2007, o programa forma mestres e, a partir de 2014, doutores voltados para a pesquisa e a produção do conhecimento histórico neste campo. Numa rápida consulta, cerca de 40% dos trabalhos produzidos por este já reconhecido centro têm por marco temporal final o início dos anos 1980, sendo que alguns trabalhos analisam questões do final do século XIX e início do século XX. No entanto, a maioria dos trabalhos é voltada para temas inseridos na periodização pós-1985. O programa também realiza o já conceituado Seminário Internacional de História do Tempo Presente, possibilitando a interlocução entre diversos pesquisadores, nacionais e estrangeiros, com destaque para os franceses com passagem pelo IHTP.

Os anos de 2012, 2013 e 2014 são marcados por produções editoriais sobre o tema. *Tempo presente e usos do passado* pode ser entendida como uma das primeiras obras voltadas às reflexões teóricas e metodológicas sobre o tempo presente, recolocando a função social da história, seus usos e abusos (Varella, 2012). Fruto dos trabalhos apresentados durante o IV Seminário Nacional de História da Historiografia, o livro reúne historiadores brasileiros – mas também profissionais da sociologia e da filosofia – dispostos a pensar a partir de diferentes ângulos: a questão do trauma

e do esquecimento, os lugares históricos dos testemunhos, as demandas sociais, os arquivos da repressão, dentre outros. Na introdução, Mateus Pereira e Sérgio da Mata expressam o objetivo de refletir sobre uma gama “de problemas que se articula com o tempo presente, ampliando os quadros de uma tradição historiográfica para a qual o ‘presente’ abarcaria a história da ditadura militar (1964-85)” (Varella, 2012, p. 9). E, nesse sentido, questionam: “Esse passado que não passa é ainda presente. Mas seria ele atual, contemporâneo?”.

O Brasil em dois tempos: história, pensamento e tempo presente (2013), organizado por Eliana Dutra, traz, em sua maioria, textos de historiadores brasileiros e franceses voltados, de um lado, para a reflexão teórica e metodológica e, de outro, para as análises produzidas por um grupo de pesquisa que investigou a permanência de certas escolhas editoriais e historiográficas no tempo presente da coleção Brasileira, criada nos anos 1930. A primeira parte da obra é dedicada a um dos principais debates da historiografia francesa dos anos 2000: a noção de regimes de historicidade, de François Hartog. O historiador francês abre o livro com um capítulo sobre o regime de historicidade moderno posto à prova pelas duas guerras mundiais. O capítulo seguinte, de Temístocles Cezar (2012), abarca uma análise sobre a questão do tempo presente – e a discussão sobre o regime de historicidade presentista,⁵ centro do debate da obra de Hartog – na historiografia brasileira dos séculos XIX e XX, chegando até o projeto historiográfico da coleção *História da vida privada no Brasil*, dirigido por Fernando Novais, realizado no final dos anos 1990. Cezar demonstra as dificuldades da organizadora do último volume, Lilia Schwarcz, em realizar um trabalho de “História imediata” e aponta para uma saída historiográfica que faça a escolha deliberada por textos mais ensaísticos e por uma equipe interdisciplinar, já que poucos profissionais da área se dedicavam a estudar um período tão recente.

Fruto dos diálogos construídos ao longo do Simpósio Temático da Anpuh, Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira organizaram, em 2014, o livro *História do tempo presente*, que reúne alguns estudos de casos, abarcando, em sua maioria, os anos 1940-1980, bem como discussões sobre o lugar do historiador no tempo presente. As historiadoras demonstram a vitalidade e crescimento do campo e os desafios

deste fazer historiográfico, sugerindo a necessidade de um “esforço reflexivo crescente e aprofundado que, além do enfoque teórico, considere resultado de pesquisas, traduzidos em uma escrita da história que visita o passado recente das sociedades em uma dinâmica inter-relacional de temporalidades” (Delgado; Ferreira, 2014, p. 7).

Ao longo dos anos 2000 e 2010, cresceram exponencialmente os trabalhos que analisam o golpe e a ditadura militar,⁶ mesmo que tenhamos visto importantes trabalhos sobre o período já nos finais dos anos 1980 e 1990. Assistimos como, durante a “comemoração” dos cinquenta anos do golpe, em 2014, ocorreu o *boom* de publicações, eventos científicos, programas televisivos e reportagens jornalísticas, incentivados, ainda, pelos trabalhos então em curso da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 juntamente com a Lei de Acesso à Informação que regulamentou o direito constitucional às informações públicas. A ampliação do acesso às fontes e o trabalho da CNV, multiplicado pelas inúmeras Comissões da Verdade instaladas no país, aumentaram consideravelmente a documentação existente e também as pesquisas sobre o período.⁷

Apesar de algumas das discussões teóricas dos anos 2000 e 2010 já incorporarem as novas propostas sobre a história do tempo presente, muitos dos trabalhos produzidos pelos historiadores brasileiros ainda estão balizados fortemente pelas suas marcas iniciais: uma história que prioriza os eventos (2010), baseada na curta duração; ligada à concepção francesa de que a “última catástrofe” veio das grandes guerras e, portanto, aqui no Brasil, é centrada numa análise sobre os períodos ditatoriais, com uma inclinação para o uso da história oral e os conceitos da “nova história política” (Rémond, 1996) e sua “virada culturalista”.

Apesar da constante reivindicação das práticas da história do tempo presente, sobretudo da questão de o historiador ser entendido também como testemunha, o distanciamento temporal continua a ser muito prezado pelos historiadores brasileiros, uma vez que nossa historiografia carrega consigo, ainda, uma predileção pelo passado colonial e imperial do país. No entanto, dos anos 1980 em diante, o campo disciplinar da história não apenas cresceu como também consolidou-se, espalhando-se pelas diferentes regiões do país. E a historiografia brasileira, em algumas áreas, atinge patamares de internacionalização, sendo que a historiografia do tempo presente, se

incluirmos como parte dela os trabalhos que tratam do primeiro governo Vargas, já é responsável por um contingente considerável de nossa produção.⁸

É nesse sentido que propomos uma sintonia dessa historiografia com os novos debates teóricos e metodológicos que se estabeleceram a partir dos anos 2010 e que ainda são pouco praticados. Para tanto, propomos que o historiador assuma seu lugar no tempo presente, sendo capaz de analisar contextos históricos mais recentes e que têm fortes impactos nos eventos que se desdobram na vida contemporânea. No caso brasileiro, instaurou-se uma crise política depois do golpe institucional de 2016, orquestrado pelo Congresso Nacional e pelo Poder Judiciário, que depôs a presidente Dilma Rousseff. Como vimos, o impacto de períodos de crise e rupturas são os que mais estimulam os historiadores do tempo presente, e, desta maneira, podemos dizer que se abriu um novo capítulo para pensarmos a história do Brasil República, uma vez que o golpe de 2016 aparece também como o desfecho de um processo, marcado por tensões e lutas políticas, que começou em 1985, com o processo de redemocratização do país depois dos duros anos da ditadura militar.

Com esta nova periodização para o tempo presente brasileiro, com uma história que ainda está por se fazer, assumimos plenamente o pressuposto de que o lugar de enunciação do historiador é o seu próprio presente. A história do tempo presente, assim, também pode cumprir o papel de assegurar a legitimidade do vivido, “de modo aberto e capaz de suportar as demandas metodológicas de tal empreitada, tão indeterminada e provisória quanto a própria vida”.⁹ É nesse ponto, como afirma François Dosse,¹⁰ que a história se abre, de maneira efetiva, para um diálogo com outras áreas das ciências sociais e humanas, promovendo uma análise das ações que se desenrolam no momento das suas realizações: a história do presente, a história no presente.

Notas

1. A noção de uma história do tempo presente na França remonta ao final da Primeira Guerra Mundial, com a abertura da Biblioteca-Museu da Guerra, em 1918, criada para coletar documentos e compreender as causas da guerra.

Esta biblioteca-museu, posteriormente, se transformou na Biblioteca de Documentação Internacional Contemporânea (BDIC). Cf: <<http://www.bdic.fr/la-bdic/reperes-historiques>>. Mas foi a partir da institucionalização do Comitê francês d'histoire de la Seconde Guerre Mondiale, em 1951, voltado para o recolhimento de depoimentos e documentação sobre a resistência francesa, a ocupação alemã e a produção de análises sobre o conflito em geral, que a ideia da história do tempo presente foi desenvolvida na França para só então, no final dos anos 1970, tornar-se uma disciplina.

2. Do ponto de vista institucional, o IHTP estabelece desde o início relações com o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial, dirigido por Henri Michel, criado durante a Liberação.
3. Hermann Heimpel colaborou com o regime nazista e foi funcionário da Universidade do Reich em Estrasburgo.
4. Emmanuel Droit e Franz Reichherzer propõem a substituição da história do tempo presente pelo que chamaram de uma “história-ciência social” do presente. Sem concordarmos com os termos do programa de Droit e Reichherzer, retemos aqui aspectos de sua crítica, sobretudo no que se refere ao tempo da história do tempo presente, para pensarmos, em particular, a produção historiográfica brasileira recente. Cabe ressaltar que esse artigo foi escrito ao mesmo tempo que Henry Rousso publicava *A última catástrofe*. Portanto, algumas das críticas e sugestões sobre o fazer da história do tempo presente aparecem nas duas obras.
5. Segundo François Hartog, o presentismo é o regime de historicidade contemporâneo, em que o presente se tornou a dimensão temporal preponderante, colocando em dúvida o futuro, dimensão temporal que comandou o regime moderno de historicidade, e manifestando uma relação melancólica com o passado. O presentismo seria marcado pela dificuldade do homem contemporâneo de projetar um horizonte, qualquer que seja ele (2014).
6. Alguns balanços dessa historiografia: Fico, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In Reis, Daniel A; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo P. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Educs, 2004; Napolitano, Marcos. “O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica”. *Revista Contemporânea*. Historia y problemas del siglo XX, 2/2, 2011; Fico, Carlos. “Ditadura militar brasilei-

- ra: aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017.
7. Müller, Angélica. “Le travail de la CNV et des commissions universitaires: nouvelles archives et construction d’une mémoire historique de la dictature au sein des universités”. In Goirand, Camille; Müller, Angélica. *Construire la mémoire historique*. Usages publics du passé. Rennes: PUR (no prelo).
 8. Em conferência, por ocasião do II Seminário Fluminense de Pós-graduandos em História, em 2012, Carlos Fico apresentou um panorama da produção da área mostrando que a história do tempo presente já correspondia a quase 50% da nossa produção.
 9. Lohn, Reinaldo Lindolfo; Campos, Emerson Cesar. “Tempo presente: entre operações e tramas”. In *História da historiografia*, n. 24, ago. 2017, p. 11.
 10. Dosse, François. “História do tempo presente e historiografia”. *Tempo e argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2012, pp. 5-22.

Bibliografia

- Barracough, G. 1964. *An introduction to contemporary history*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Bedarida, F. 1998. “L’historien régisseur du temps? Savoir et responsabilité”. *Revue historique*, jan./mar.
- Cezar, Temístocles. 2012. “Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira”. In Varella, Flávia *et al* (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV.
- Delgado, Lucilia de A. N.; Ferreira, Marieta de M. (org.). 2014. *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dosse, François. 2010. *Renaissance de l’événement*. Un défi pour l’historien: entre sphinx et phénix. Paris: PUF.
- . 2012. “História do tempo presente e historiografia.” In *Tempo e argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, 22, jan./jun.
- Droit, Emmanuel; Reichherzer, Franz. 2013/2 “La fin de l’histoire du temps présent telle que nous l’avons connue. Plaidoyer franco-allemand pour l’abandon d’une singularité historiographique.” In *Vingtième Siècle*. Revue d’histoire, n. 118.
- Dutra, Eliane de Freitas (org.). 2013. *O Brasil em dois tempos*. História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

- Fabre, Daniel. 2001. “L’histoire a changé de lieux”. In Bensa, Alban; Fabre, Daniel (orgs.). *Une histoire à soi*. Paris: Maison des sciences de l’homme.
- Falcon, F. 2013. “História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense”. In *História da historiografia*, n. 11, abril.
- Ferreira, Marieta de Moraes. 1996. “História oral e tempo presente”. In Meihy, José Carlos S. B. (org.). *Encontro Regional de História Oral Sudeste-Sul 1995*. São Paulo: Xamã.
- Gomes, Ângela de Castro. 2010. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. In Rollemberg, Denise; Quadrato, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hartog, F. 2014. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Kaelble, Hatmut. 1993. “La ‘Zeitgeschichte’: l’histoire allemande et l’histoire internationale du temps présent”. In Frank, Robert (org.). *Ecrire l’histoire du temps présent*. En hommage à François Bédarida. Paris: CNRS éditions.
- Koselleck, R. 2006. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio.
- Lagrou, Pieter. 2007. “Sobre a atualidade da história do tempo presente”. In Pôrto Jr., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru: Edusc.
- Lohn, Reinaldo Lindolfo; Campos, Emerson Cesar. 2017. “Tempo presente: entre operações e tramas”. In *História da historiografia*, n. 24, agosto.
- Pôrto Jr., Gilson (org.). 2007. *História do tempo presente*. Bauru: Edusc.
- Rémond, René (org.). 1996. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV.
- Rothfels, Hans. 1953. “Zeitgeschichte als Aufgabe”. In *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, 1.
- Rouso, Henry. 2016. *A última catástrofe*. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV.
- Varella, Flávia et al. (org.) 2012. *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV.

2. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática

*Jorge Ferreira**

O dia 25 de abril de 1984 nasceu sob grandes expectativas. Horas depois, à noite, a Câmara Federal votaria a Emenda Dante de Oliveira. Se aprovada por dois terços do plenário, estariam restabelecidas as eleições diretas para presidente da República. Desde o ano anterior comícios foram realizados nas capitais dos estados. No ato do Rio de Janeiro, um milhão de pessoas gritaram o lema do movimento: “Diretas Já!”. Em São Paulo, um milhão e meio de manifestantes fizeram o mesmo. Se a emenda fosse aprovada, seria o fim da ditadura militar que, dias antes, completara 20 anos.¹

Na Cinelândia, centro da cidade do Rio de Janeiro, cerca de 5 mil pessoas acompanharam a votação. Ao final da noite, já se sabia que a emenda seria derrotada. Às duas horas do dia 26, os últimos parlamentares que apoiavam o governo militar desfizeram as poucas esperanças de quem ainda estava na praça. Segundo relato de um repórter do *Jornal do Brasil*, “quando veio o anúncio de que a emenda estava rejeitada, o povo na praça fez silêncio. Muita gente chorou. As faixas começaram a ser recolhidas. Não havia barulho. Até que surgiu um coro de ‘a luta continua’, e a animação voltou”.²

Entre as muitas decepções políticas vividas pela sociedade brasileira em sua experiência republicana, a derrota da Emenda Dante de Oliveira

* Professor Titular do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense e Professor Visitante do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

talvez tenha sido uma das mais impactantes. O regime autoritário, naquele momento, nada mais tinha a oferecer à sociedade. A inflação chegava aos 200% ao ano, em espiral ascendente. O endividamento externo alcançou nível tão alto que o governo decretou moratória aos credores internacionais. O país vivia na recessão e no desemprego. Milhões de brasileiros estavam subnutridos, enquanto outros tantos passavam fome.

O poder militar, no entanto, ainda demonstrou sua força. Deputados submissos votaram pela recusa da emenda. Faltaram 22 votos para que fossem alcançados os dois terços necessários para a aprovação da emenda. Os congressistas voltaram as costas para a sociedade. Depois de um ano de comícios em várias capitais de estados com a participação de milhões de brasileiros, a decepção foi imensa. O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, definiu com acuidade a situação política daquele momento. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, declarou ao final da votação: “foi uma vitória de Pirro. Formalmente, o governo federal levou a melhor, mas, politicamente, saiu perdendo, totalmente desgastado em suas intenções continuístas. O próprio general Figueiredo, como bom cavalarião, verificou que não foi fácil passar no rio. Ele passou, com o cavalo nadando.”³ Leonel Brizola tinha razão. As Forças Armadas apenas prorrogaram sua saída do poder. A transição democrática tomaria nova dinâmica após a derrota da Emenda Dante de Oliveira.

O capítulo tem por objetivo analisar a última fase da transição democrática, entre 1985 e 1989, conduzida por José Sarney. Algo que, naquele 25 de abril de 1984, soaria inconcebível.

O Projeto Geisel-Golbery

Entre os estudiosos, há certo consenso de que a transição da ditadura militar para regime de democracia liberal teve início em 1973, ocasião em que as Forças Armadas escolheram o general Ernesto Geisel para assumir a presidência da República, a partir de março do ano seguinte. Tratou-se de decisão da própria cúpula militar. Maria D’Alva Kinzo assinala que a instituição militar, ao assumir o poder em 1964, tornou-se arena de disputa política. Conflitos entre facções militares, sobretudo as de maior visibilidade – os chamados “duros” e os conhecidos por “moderados” –, poderiam

pôr em risco a própria instituição. A retirada organizada e controlada do poder político visava à própria preservação das Forças Armadas (Kinzo, 2001, pp. 4-5). Na literatura sobre o tema, é comum definir o processo como *Projeto Geisel-Golbery*, também conhecido como “distensão lenta, gradual e segura” ou “abertura”.

É importante ressaltar que, contrariamente ao que argumentam as interpretações economicistas, não foi a crise do “milagre” que levou os militares a decidirem pela saída do poder. Francisco Carlos Teixeira da Silva chama a atenção para que a escolha de Geisel para presidente significou o retorno do grupo *castelista* ao poder, com aval da cúpula militar e do próprio general Médici, representante dos grupos mais intolerantes e antidemocráticos dentro do Exército. O sistema de segurança e de informações do poder militar tinha amplo controle sobre o país. A decisão de escolher Geisel para presidir o Brasil foi tomada em 1973, quando o país apresentava índice de crescimento de 14%, antes, portanto, da crise econômica. Para o historiador, “na sua origem, não é a crise que condiciona a abertura; ao contrário, foi a eficiência econômica no governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel-Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime”. Ainda segundo o autor, a crise econômica condicionaria o ritmo da abertura, antipatizando o regime militar com a opinião pública (Teixeira da Silva, 2017, p. 254).

Há de considerar, no entanto, que o general-presidente Ernesto Geisel e o chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, planejavam a constitucionalização do regime, mas não o retorno do país à democracia liberal. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, ambos tinham consciência de que era necessária a volta organizada aos quartéis enquanto a ditadura tinha algum prestígio. Além disso, a liberalização deveria resultar em garantias para os militares: evitar o retorno ao cenário político de lideranças, instituições e partidos políticos anteriores a 1964; durar um longo período, cerca de dez anos; e elaborar nova Constituição pelo próprio regime autoritário com salvaguardas para as Forças Armadas. Enfim, “o projeto de abertura representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país” (Teixeira da Silva, 2017, pp. 262-263). Tratava-se de uma autorreforma liberalizante do regime autoritário, mantendo-se, no entanto, o poder militar.⁴

Nessa primeira fase da transição política, consagrada na literatura entre 1974 e 1982, Geisel e Golbery tiveram que lidar com situações que não faziam parte de seus planos. A primeira delas, a grande vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974. Um aviso à ditadura da insatisfação social. A segunda foi o agravamento da crise econômica, com o aumento da inflação e a elevação acelerada da dívida externa, comprometendo gravemente o prestígio do regime. A terceira situação adversa enfrentada por Geisel foi o novo contexto internacional, quando o presidente norte-americano Jimmy Carter iniciou a política de direitos humanos, anunciando que não toleraria mais ditaduras no continente americano. A quarta foi a reação de setores do Exército, que, inconformados com a abertura política, praticaram assassinatos em quartéis, sendo os casos mais desafiadores para Geisel as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976.

Nesse último caso, há de considerar que, durante a ditadura, a tortura e os assassinatos foram instituídos como política de Estado – e não como casos excepcionais de agentes policiais e militares que extrapolaram suas funções. O que chamamos de “porões da ditadura” estava no Palácio do Planalto. Algo apontado por vários historiadores e que a Comissão Nacional da Verdade, após extensa investigação, tornou oficial. A conclusão vale, inclusive, para o general-presidente Ernesto Geisel, que, embora seja conhecido como o “general da abertura” e pertencente à linha “castelista moderada”, deu continuidade à violenta política de Estado autorizando a execução sumária de “subversivos perigosos”, segundo documento encontrado por Matias Spektor. Algo que invalida a tese que distingue os militares “duros” dos “moderados”. Segundo avaliação de Spektor, “Geisel, apesar de ser o presidente da abertura, também reprimia”. Para ele, “o ponto que confunde muito as pessoas é a ideia falsa de que a abertura é o oposto da repressão – e não é. Você pode ter abertura com repressão”.⁵ As mortes de Herzog e Fiel Filho foram desafios ao poder do general-presidente. Foram assassinatos sem autorização do Palácio do Planalto.

Durante o processo de liberalização, o poder militar, sob a liderança do general Geisel, teve amplo controle do processo: pôs fim à censura prévia aos jornais e exonerou o ministro do Exército, Sylvio Frota, que tentou articular um golpe com apoio de militares que defendiam a continuidade

e o aprofundamento da ditadura. Mas Geisel também fechou o Congresso Nacional e impôs leis eleitorais arbitrárias que facilitaram a vitória do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Ele ainda indicou seu sucessor, o general João Figueiredo, e, no último dia de seu mandato, revogou o AI-5.

A transição continuou com o general Figueiredo. Sem o poder discricionário do AI-5, mas com “salvaguardas” inseridas na Constituição, sua primeira iniciativa foi a anistia política. O projeto não foi como as oposições exigiam – ampla, geral e irrestrita. A anistia foi parcial e premiou os torturadores e assassinos que serviram à ditadura, livrando-os de qualquer processo judicial. Figueiredo impôs o projeto da anistia sem nenhuma negociação política com a oposição. O poder militar, dessa forma, resguardou-se de possíveis punições futuras ao se autoanistiar.

Central para a compreensão da transição democrática, a Lei da Anistia foi planejada como premissa para a volta dos militares aos quartéis e para garantir a imunidade e a impunidade dos militares, em particular de agentes torturadores e assassinos a serviço da ditadura. A autoanistia garantiu a coesão e o duradouro pacto de silêncio entre os militares, assegurados por instrumentos jurídicos que os protegiam de punições (D’Araujo, 2012, p. 577).

Figueiredo ainda impôs legislação que permitia a formação de novos partidos políticos. O MDB perdeu o monopólio do voto oposicionista e transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O partido do governo, a Arena, foi renomeado Partido Democrático Social (PDS). Por articulações de Golbery, Leonel Brizola perdeu a sigla PTB. O popular e histórico Partido Trabalhista Brasileiro passou para as mãos de Ivete Vargas, conhecida por suas práticas fisiológicas tradicionais. Brizola, então, fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Por fim, sindicalistas, intelectuais, organizações da esquerda revolucionária, a esquerda católica, ex-guerrilheiros, entre outros, fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Entre 1974 e 1982, o poder militar manteve o controle do processo de transição. A partir daí, o domínio não seria mais absoluto. Começava a segunda fase: 1982-1985. Novos atores que entraram no cenário político naquela primeira fase passaram a fustigar o regime autoritário, a começar pelo movimento estudantil, que retornou com vigor às ruas em 1977. No

ano seguinte, para surpresa do poder militar, operários da região do ABCD paulista patrocinaaram grandes greves, desafiando os patrões e o Estado militar. Movimentos sociais eclodiram pelo país, desde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, até as associações de bairros. Todos exigiam democratização do Brasil, superação da crise econômica e melhores condições de vida. Instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras, exigiam a redemocratização. Em 1982, governadores foram eleitos pelo voto direto, o que lhes garantia legitimidade. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais passaram a ser governados, respectivamente, por Leonel Brizola, Franco Montoro e Tancredo Neves, lideranças políticas de oposição. O PMDB elegeu bancada de duzentos deputados. O poder militar ainda era inquestionável, porém não tinha mais o mando exclusivo do rumo dos acontecimentos.

Contudo, é importante observar a diferença entre o *projeto* e o *processo* que dele decorre. Com base nas reflexões de Luiz Werneck Vianna, Alberto Aggio argumenta que o projeto da ditadura era institucionalizar a ordem autoritária, uma “autorreforma” de sentido defensivo e inibidor. Tratava-se de uma “descompressão autoritária”, um “relaxamento progressivo dos controles”. No entanto, ao entrar em curso, o projeto desencadeia o processo de liberalização, de lógica ofensiva e emergente. A autorreforma da ditadura não significava uma transição à democracia. Em seu projeto, o regime autoritário, por exemplo, revalorizou o processo político-eleitoral com eleições diretas para governador e o pluripartidarismo, uma espécie de “válvula de escape” para evitar a corrosão do próprio poder militar. Ao fazê-lo, no entanto, o regime desencadeou um processo de participação política da sociedade. A alternativa da ditadura foi retardar o quanto pôde a transição (Aggio, 1996, pp. 57-58).

Inconformados com os rumos da abertura política, grupos militares, sobretudo integrantes da comunidade de informações, adotaram métodos terroristas. Cartas-bombas mataram e mutilaram pessoas, bancas de jornais foram incendiadas, o bispo de Nova Iguaçu foi sequestrado e espancado. O auge do terrorismo militar foi a tentativa frustrada de matar milhares de jovens no show em um pavilhão no Riocentro, no Rio de Janeiro. Quando

dois militares preparavam a bomba dentro de um automóvel, o artefato explodiu: um capitão escapou com vida e um sargento morreu. Setores no Exército acreditavam que o melhor seria punir os responsáveis pelo ato terrorista; outros exigiam que estes fossem preservados. Por meio de um processo baseado na farsa e na mentira, os envolvidos acabaram inocentados. O general-presidente João Figueiredo demonstrou fraqueza política, enquanto o general Golbery do Couto e Silva, em protesto, deixou o cargo no governo. As divergências dentro das Forças Armadas estavam chegando a níveis perigosos para a própria instituição.

Havia um clima político de impasse. As Forças Armadas até aquele momento haviam derrotado todos os adversários: primeiro, a direita civil aliada no golpe de 1964, como Adhemar de Barros, e os liberais da União Democrática Nacional (UDN) que discordaram dos rumos do governo militar, cujo maior expoente era Carlos Lacerda; segundo, o movimento estudantil e a Frente Ampla – formada pelo udenista Carlos Lacerda, o pessedista Juscelino Kubitschek, o trabalhista João Goulart e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – ambos derrotados em 1968; terceiro, a esquerda armada; por fim, a grande mobilização das Diretas Já. Mesmo com a imensa participação popular nas ruas e a atuação dos partidos políticos, o poder militar impôs sua vontade.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, grupos políticos consideraram que as oposições não tinham como retirar as Forças Armadas do poder pelo enfrentamento. No parlamento as oposições eram minoritárias e mesmo com os movimentos sociais nas ruas o poder militar mantinha o controle do processo político. Para os grupos políticos moderados do PMDB, a alternativa seria derrotar os militares dentro das regras do jogo político, buscando apoio de dissidentes do partido do governo. Para o PT e os grupos mais combativos e minoritários do PMDB, era necessário enfrentar o regime mobilizando a sociedade nas ruas (Kinzo, 2001, pp. 6-7). Venceu o grupo disposto à negociação política.

Havia várias candidaturas à presidente da República no PDS. O presidente do partido José Sarney propôs prévias, tentando democratizar a vida partidária. Paulo Maluf recusou, tendo o aval do general-presidente João Figueiredo. Ao impor-se como candidato à sucessão de Figueiredo pelo PDS, Maluf dividiu o partido. Suspeito de corrupção e recorrendo ao fisiologismo

mais rasteiro, além de contar com o apoio da linha-dura militar, muitos parlamentares do PDS recusaram-se a apoiar Maluf, tornando-se dissidentes – a começar pelo próprio Sarney, que renunciou à presidência do partido.

A estratégia das oposições era concorrer às eleições presidenciais no Colégio Eleitoral utilizando as próprias regras da ditadura para derrotá-la. O nome de Ulysses Guimarães era o mais cotado, por sua atuação corajosa e destemida na luta contra a ditadura. Entretanto, exatamente por sua ousadia, foi vetado pelo poder militar, sendo sequer aventado pela ala moderada e majoritária do PMDB, que decidiu deixar as ruas e negociar nos bastidores. Ulysses sabia que Tancredo Neves tinha melhor trânsito com os grupos militares que queriam encerrar a ditadura. Havia negociações políticas entre grupos moderados do seu partido e militares no sentido de que Tancredo fosse o sucessor do general Figueiredo. Ulysses avalizou os acordos e tornou-se o articulador da vitória de Tancredo. No entanto, a vitória no Colégio Eleitoral dependia de votos da dissidência do PDS. Os descontentes no partido do governo formaram uma facção, nomeada de Frente Liberal.⁶

Tancredo convenceu Sarney a arregimentar os dissidentes da Frente Liberal. Após intensas negociações políticas, o PMDB e a Frente Liberal formaram a Aliança Democrática, formalizada em agosto de 1984. Entre os parlamentares da Frente Liberal, Sarney era o nome indicado para a candidatura à vice-presidência. Ele, então, filiou-se ao MDB. A chapa da Aliança Democrática estava montada: o candidato a presidente era Tancredo Neves; e o vice, José Sarney.

Tancredo Neves utilizou toda a sua experiência de articulador político para viabilizar a vitória no Colégio Eleitoral. Sabendo que havia setores militares que não o toleravam, acusando-o de politicamente fraco e que abriria caminho aos comunistas, Tancredo escolheu um militar de prestígio para o Ministério do Exército: o general Leônidas Pires Gonçalves. Ainda buscou o apoio do general Ernesto Geisel (Echeverria, 2011, p. 287). Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral se reuniu. Tancredo Neves recebeu 480 votos e Paulo Maluf, candidato do governo, 180.

Cerca de 2 mil pessoas acompanharam a votação diante do Congresso Nacional. Em várias capitais multidões foram às ruas festejar o fim da ditadura. Elio Gaspari afirma que as comemorações com a vitória de Tancredo

eram semelhantes às das vitórias da seleção brasileira de futebol nas copas. “Chovia em Brasília e centenas de pessoas abrigavam-se debaixo de uma bandeira brasileira de 250 metros quadrados” (Gaspari, 2016, pp. 290-291).

Até tomar posse, Tancredo Neves realizou complexa costura política na montagem de seu ministério. O PMDB era o partido com maior participação no governo, mas era necessário abrir espaços para os dissidentes da Frente Liberal, naquele momento transformada em partido político, o Partido da Frente Liberal (PFL). Tancredo Neves articulou, negociou, cedeu e avançou. Toda sua arquitetura política obteve êxito. Os planos para o futuro próximo pareciam controláveis e previsíveis. Logo ele perceberia que, em termos de futuro, nem sempre os planos são controláveis e, muito menos, previsíveis.